



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Estado Novo, Educação e Guerra nas páginas da revista *Educação* (1939-1943)

Adriana Mendonça Cunha¹

Resumo: este artigo analisa as edições da revista *Educação*, periódico da Associação Brasileira de Educação (ABE), publicadas entre 1939 e 1943. Lançada em 1939, ela tinha por objetivos divulgar as atividades da ABE e ampliar os debates educacionais no país. O intuito deste trabalho é discutir como a Segunda Guerra e a nacionalização dos estrangeiros, empreendida pelo Estado Novo, repercutiram nas páginas da revista. Além da relação entre a ABE e o regime, constatou-se uma ênfase nos temas indicados, especialmente, após a entrada do Brasil no conflito.

Palavras-chaves: Estado Novo; Revista *Educação*; Segunda Guerra Mundial.

New State, Education and War in the pages of journal *Educação* (1939-1943)

Abstract: this article analyzes the editions of journal *Educação*, journal of Associação Brasileira de Educação (ABE), published between 1939 and 1943. Launched in 1939, it aimed to publicize the association's activities and expand Educational debates in the country. The purpose of this paper is to discuss how the Second War and the nationalization of immigrants, undertaken by the New State, reverberate in the pages of journal. In addition to the relationship between the ABE and the regime, it was possible to note the emphasis on the topics indicated, especially after Brazil's entry into the conflict.

Keywords: New State; Journal *Educação*; Second World War.

Introdução

Este artigo se debruça sobre as edições da revista *Educação*, periódico da Associação Brasileira de Educação (ABE), publicadas entre 1939 e 1943. Instituição privada e sem fins lucrativos, a ABE foi criada por Heitor de Lira, em 1924, reunindo diversos intelectuais do campo científico e educacional interessados em ampliar os debates em torno da educação no Brasil. Lançada em 1939, a revista tinha como objetivo divulgar as atividades da associação através da publicação, em formato de textos, das palestras e cursos ofertados, assim como relatos de viagens e artigos de opinião.

O que este trabalho propõe é discutir como a nacionalização dos estrangeiros, empreendida pelo Estado Novo, e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) repercutiram nos debates travados dentro da associação e publicizados no periódico. Embora, à primeira vista, fossem fenômenos distintos, um de nível nacional e, o outro, internacional, ambos estavam interligados, visto que os imigrantes, alvo das ações do regime, provinham, majoritariamente, dos países que compunham o Eixo (Alemanha, Japão e Itália). Com a guerra, estes grupos se

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

tornaram uma ameaça não só ao projeto nacionalizador de Getúlio Vargas, como passaram a representar um perigo à segurança nacional por ainda manterem a cultura, a língua, a educação e contatos com seus locais de nascimento.

Enquanto o mundo se via diante de uma guerra catastrófica, o Brasil vivia os primeiros anos do Estado Novo, regime autoritário instaurado por Getúlio Vargas em 1937. No poder desde 1930, Vargas conseguiu se manter à frente do país organizando a nação em moldes nacionalistas, perseguindo opositores e realizando uma série de reformas que tinham como objetivo modernizar e unificar o Brasil. Para alcançar tais objetivos, Vargas adotou, no plano internacional, uma postura de “*equidistância pragmática*”, negociando, ao mesmo tempo, com Estados Unidos e Alemanha (MOURA, 1980).^{II}

À medida que a guerra avançava na Europa, o Brasil foi se tornando uma peça-chave no continente americano devido a quantidade de matérias primas e sua localização. O país se tornou o alvo principal da política de boa vizinhança empreendida pelos Estados Unidos, desde os anos 1930, para se aproximar da América Latina e impedir o avanço da Alemanha nazista na região. Ao mesmo tempo, a presença de imigrantes alemães no Sul do Brasil era vista como uma ameaça, fazendo com que os estadunidenses se empenhassem em conseguir uma aliança com o governo brasileiro. Quando, em 1942, navios brasileiros foram torpedeados pelo submarino alemão U-507 no Nordeste, o Brasil entrou no conflito ao lado dos Aliados.

Aqui, me interessa entender como tais acontecimentos repercutiram nos debates travados na ABE e publicizados nas páginas da *Educação*. O foco do texto é analisar como os dois fenômenos: a nacionalização dos estrangeiros e a guerra impactaram nos debates educacionais brasileiros naquele período.

Dividido em três partes, o artigo apresenta a relação entre a associação e o regime Vargas (“*A ABE e as reformas educacionais do Estado Novo 1937-1945*”). Num segundo momento, analisa como a nacionalização aparecia nas páginas da revista nos seus dois primeiros anos de existência (“*Em pauta: a nacionalização dos imigrantes e os intercâmbios educacionais 1939-1940*”). Por fim, em “*Guerra e Educação nas páginas da Educação (1941-1943)*”, lança luzes sobre como este tema repercutiu no periódico a partir da entrada do Brasil no conflito.

A partir desta análise, foi possível verificar, entre outras coisas, uma relação muito próxima entre a ABE e o regime Vargas, notando-se um tom elogioso em relação as ações do governo. Além disso, identifiquei, nos artigos publicados no periódico, uma correlação entre o contexto de guerra e o papel da educação e do professor na defesa da nação.

A ABE e os debates educacionais durante o Estado Novo (1937-1945)

Criado em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) foi comandado, durante todo o Estado Novo, por Gustavo Capanema (1934-1945), responsável pela elaboração de projetos para a organização da educação em bases nacionais.^{III} Tais ações resultavam não só dos interesses do governo Vargas, como também respondiam as reivindicações de diversos intelectuais brasileiros que, desde o início do século XX, reclamavam uma maior intervenção estatal sobre o ensino.

Pensando nisso, em 1924, Heitor Lira e outros educadores haviam se unido para criar a Associação Brasileira de Educação (ABE). Nela, reuniram-se intelectuais do movimento científico e educacional como Antônio Carneiro Leão, Branca Fialho, Lourenço Filho, J. Farias Góes Filho, Venâncio Filho, Anísio Teixeira e Paschoal Lemme. Nos debates promovidos na associação, propunha-se solucionar os problemas educacionais através de “*uma educação*

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

integral capaz de modernizar o homem brasileiro, transformar essa espécie de Jeca Tatu em brasileiro laborioso, disciplinado, saudável e produtivo". (BONEMY, 2003, p.31 e 32).^{IV}

De iniciativa privada, essa instituição surgiu em um contexto de reformas empreendidas em nível estadual, organizadas por educadores como Sampaio Dória, em São Paulo (1920), Lourenço Filho, no Ceará (1922-23), Anísio Teixeira, na Bahia (1924), Francisco Campos, em Minas Gerais (1927-28) e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1927-30). Figuras importantes do campo educacional, alguns deles, como Francisco Campos e Lourenço Filho, integrariam o corpo administrativo do governo Vargas, liderando instituições e diversos projetos de nível nacional.

Esses mesmos personagens estiveram envolvidos no lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por educadores, intelectuais e escritores como Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Roquette Pinto, Cecília Meireles, Gustavo Capanema, entre outros, a iniciativa tinha forte influência do educador estadunidense John Dewey.

Se, de um lado, os pioneiros se inspiraram nos Estados Unidos ao defender uma educação pública, laica e gratuita, de outro, mantiveram a influência francesa no que diz respeito à defesa de um sistema nacional de educação sob a liderança e condução do Estado. Não por acaso, a ABE esteve envolvida nos debates em torno da educação e cultura na Constituinte de 1934 e participou, ativamente, na formulação de uma política nacional de educação. (BONEMY, 2003, p.45).^V

Nesse mesmo ano, Gustavo Capanema passou a comandar o Ministério da Educação e Saúde, cimentando os projetos educacionais do regime varguista. Durante os onze anos em que ocupou o cargo, Capanema foi responsável pela reestruturação do MES, pela criação das leis orgânicas de ensino e, principalmente, por instituir um sistema nacional de educação no país. O novo ministro procurou cercar-se de intelectuais, criando uma equipe que incluía personalidades como Carlos Drummond de Andrade, Heitor Villa-Lobos e Cândido Portinari. (HORTA, 2010).^{VI}

No tocante às reformas educacionais empreendidas no ministério Capanema, o foco recaiu sobre o ensino secundário e superior, ambos considerados essenciais para o projeto nacionalizador de Vargas. O primeiro seria responsável pela educação da juventude, e o segundo pela formação da elite que, posteriormente, governaria o país. O ensino primário, por sua vez, foi relegado a segundo plano e só recebeu atenção a partir de 1938, quando a nacionalização dos estrangeiros passou a ser vista como um problema de segurança nacional. (BONEMY, 1999).^{VII}

Para este artigo, interessam as ações em torno da nacionalização dos imigrantes, empreendida pelo regime a partir de 1938 e que se conecta diretamente com o projeto nacionalizador varguista e, em segundo plano, a própria conjuntura internacional marcada pela Segunda Guerra Mundial. Até então, imigrantes alemães, italianos e japoneses viviam em colônias no Sul e Sudeste do país, mantendo seus costumes, línguas e práticas culturais e educativas, o que representava um entrave ao nacionalismo e centralização propagados pelo Estado Novo.

A presença marcante destas colônias era alvo constante de debates no plenário desde o século XIX, quando grandes levas de estrangeiros começaram a chegar ao país. Incentivados pelo Estado brasileiro, os imigrantes vieram para substituir o trabalho escravo nas lavouras, ocupar territórios despovoados e promover, no caso dos europeus, o "*branqueamento*" da população através da miscigenação. Alemães, poloneses, italianos, japoneses, espanhóis e portugueses instalaram-se, em sua maioria, em áreas rurais isoladas, marcadamente em estados do Sul do país. (SEYFERTH, 1999).^{VIII}

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

Para além das diferenças linguísticas e culturais, os imigrantes se deparavam com a falta de escolas públicas para a instrução dos seus filhos. Vindos de países como Alemanha e Japão, de forte tradição escolar, essa população procurou construir estruturas próprias para oferta de ensino nas regiões onde se instalaram. (KREUTZ, 2000, p. 348).^{IX} Com a aproximação da guerra e o perigo representado pelos colonos de origem italiana, alemã e japonesa, Getúlio Vargas decidiu empreender ações efetivas na região.

De fato, até o final dos anos 1930, não foram instituídas políticas concretas para nacionalizar os estrangeiros residentes no país. Antes desse período, ações esporádicas e passageiras haviam sido instituídas, como durante a Primeira Guerra Mundial, quando medidas de intervenção na imprensa e escolas de origem alemã haviam sido realizadas. Estas operações ocorreram com vistas a modificar “*os currículos escolares, com a exigência de ensino bilíngue e a introdução das disciplinas história e geografia do Brasil, além de língua portuguesa.*” (SEYFERTH, 1999, p. 199).^X Porém, não foram capazes, por si só, de promover mudanças eficazes na organização escolar das colônias estrangeiras.

Antes mesmo da guerra, a persistência da não assimilação dessa população havia se tornado um entrave ao projeto nacionalizador de Getúlio Vargas. Sendo assim, o governo estadonovista procurou imprimir um caráter nacional ao ensino através da padronização dos currículos, sistematização de conteúdos nacionais e supressão de elementos estrangeiros. Para tanto, era necessária a organização do sistema educacional baseada num currículo mínimo obrigatório, na seleção dos livros didáticos e num método federal de controle e fiscalização da educação em todos os níveis. Os símbolos, os heróis e a língua deveriam ser nacionais, extinguindo-se a preponderância de culturas e idiomas estrangeiros nas áreas coloniais. (SCHWARTZMAN et. al., 2000).^{XI}

A partir de 1938, uma série de decretos-lei foram criados no intuito de nacionalizar os estrangeiros não assimilados no Sul do país. O primeiro deles, emitido em 04 de maio, além de limitar e criar mecanismos para controlar a entrada de imigrantes, continha um capítulo intitulado “*Concentração e assimilação*”. Entre as medidas, indicava a proibição de colônias constituídas, majoritariamente, por indivíduos de uma única nacionalidade e interditava o uso de idiomas estrangeiros em estabelecimentos comerciais. (BRASIL, 1938, Art. 39).^{XII}

O intuito do governo era acabar com o isolamento de colonos de uma única nacionalidade, aumentando a proporção de brasileiros em relação a estrangeiros. Ainda no mesmo decreto, no capítulo XVI, apontavam-se algumas medidas a serem aplicadas nas escolas das áreas de colonização, como a obrigatoriedade do ensino em português e o uso de livros didáticos exclusivamente nesse idioma; proibição do ensino de língua estrangeira para menores de quatorze anos; obrigatoriedade do ensino de história e geografia do Brasil e ensino de noções básicas sobre as instituições políticas do país nas classes de educação de adultos organizadas nas colônias. (BRASIL, 1938, Art. 85).^{XIII}

Com a criação da Comissão Nacional de Ensino Primário, ainda em 1938, o governo passou a atacar de frente o problema das escolas de imigrantes. Essa comissão seria responsável por elaborar uma campanha de combate ao analfabetismo através da cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal, organizando ações para “*nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira*”. (BRASIL, 1939).^{XIV} A partir de então, o governo federal contribuiria financeiramente, através de acordos com os estados, para a construção de escolas primárias em áreas de colonização. Caberia a essas instituições atingirem as crianças em idade escolar e promoverem a alfabetização em português dos jovens e adultos que não falavam o idioma nacional.

Em discurso reproduzido pela revista *Educação* (ABE), em 1940, Vargas apontou os estados que já haviam recebido o auxílio federal: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná,

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

São Paulo e Espírito Santo. Eram justamente as regiões de maior predominância de comunidades estrangeiras. O presidente justificou o investimento nestas áreas, indicando que “*a ação federal deu preferência no ajuste dessa colaboração aos Estados onde se faz mister um grande esforço nacionalizador.*” (VARGAS, 1940, p.04).^{XV}

Para além da formação de um sistema educacional unificado, a questão das colônias estrangeiras não assimiladas se tornou um problema de segurança nacional. A presença considerável de alemães vivendo no sul do país, alguns mantendo laços com o Reich nazista, causava temor e apreensão ao Ministério de Guerra brasileiro. Tal situação, aliada à organização social dos colonos em torno de imprensa, revistas, escolas e associações, levantava desconfianças sobre um possível movimento separatista organizado por esses imigrantes.

Em ofício encaminhado por Góis Monteiro a Eurico Dutra em 24 de janeiro de 1938, o chefe do Estado Maior do Exército alertava para o perigo que os estrangeiros, especialmente os alemães, representavam para a segurança do Brasil. Sugerindo uma imediata campanha de nacionalização, Monteiro justificava sua indicação apontando para o contato entre os colonos de origem alemã e o Reich de Hitler.

Segundo o militar, nos estados de Santa Catarina e Paraná estavam concentradas populações estrangeiras compostas por alemães, italianos, japoneses e poloneses. Destes, “*os mais bem organizados são os alemães, devido ao isolamento em que procuram viver, transmitindo aos seus descendentes língua, costumes, crenças, mentalidade, cultura e patriotismo*”. Na avaliação de Dutra, os alemães seriam os mais difíceis de lidar “*devido ao grande apego à pátria distante e a maneira por que procuram transmitir aos seus descendentes os seus sentimentos de amor pátrio, orientados sempre pelo Reich.*” (MONTEIRO, 1938, p.01).^{XVI}

Preocupado com uma possível influência nazista na região, o governo emitiu, em dezembro de 1938, um novo decreto-lei. Dessa vez, tomavam-se medidas para controlar a produção, importação e uso de livros didáticos no país. O decreto criava, ainda, a Comissão Nacional do Livro Didático, responsável, entre outras coisas, por: examinar as obras e autorizar ou não o seu uso; estimular a produção nacional; indicar livros didáticos estrangeiros para serem traduzidos; promover exposições nacionais daqueles que foram autorizados para uso (BRASIL, 1938).^{XVII}

Havia o temor de que os livros estrangeiros pudessem, de alguma maneira, alimentar o separatismo e o desprezo pelas instituições nacionais. Ou seja, atrapalhavam o projeto varguista de unidade, tornando-se, assim, necessária a integração destes grupos ao restante do país. Tanto o Ministério da Guerra quanto o Ministério da Educação e Saúde (MES) atuaram diretamente nesse processo.

Poucos dias antes de começar a Segunda Guerra Mundial na Europa, Vargas publicou o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que dispunha sobre a adaptação dos brasileiros descendentes de estrangeiros no país. Já no primeiro artigo, indicava as ferramentas que seriam utilizadas para concretizar esse objetivo: “*pelo ensino e o uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum*”. (BRASIL, 1939).^{XVIII}

Caberia ao Ministério da Educação e Saúde promover a criação de escolas em regiões de predominância estrangeira, favorecendo as escolas primárias e secundárias fundadas por brasileiros; orientar e recrutar professores brasileiros para as escolas nos núcleos coloniais; estimular a criação de instituições patrióticas; exercer vigilância sobre o ensino de línguas, história e geografia do Brasil. Em outros trechos do decreto, é possível identificar a ação conjunta dos dois ministérios no campo educacional com a instituição obrigatória de educação física e instrução pré-militar nos estabelecimentos de ensino secundário, podendo ser

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

ministrada por oficiais ou sargentos designados pelos comandantes da região (BRASIL, 1939).^{XIX}

Já sob impacto da guerra e do avanço nazista na Europa, o governo brasileiro tornou obrigatória a inserção da educação cívica, moral e física. O artigo que dispunha sobre a educação cívica demonstrava a preocupação com a proteção do país em face de forças externas, especialmente no tocante aos jovens que deveriam se preparar para responsabilidades militares. *“Deverá ser criado, no espírito das crianças e dos jovens, o sentimento de que a cada cidadão cabe uma parcela de responsabilidade pela segurança e pelo engrandecimento da pátria”* (BRASIL, 1940).^{XX}

Coube ao Ministério da Educação e Saúde organizar o ensino público e promover a incorporação das escolas estrangeiras, tornando-as instituições eminentemente brasileiras, com currículo padronizado, conteúdos nacionais e em português. Já o Ministério da Guerra ficou responsável pela segurança nacional, por proteger o país da influência do Eixo, investigando e coibindo quaisquer reações ao processo nacionalizador, fechando escolas clandestinas, prendendo suspeitos e organizando demonstrações públicas de civismo e exaltação dos símbolos e heróis nacionais (SEYFERTH, 1999, p.221).^{XXI}

Em pauta: a nacionalização dos estrangeiros pelo Estado Novo (1939-1940)

O processo de nacionalização dos estrangeiros foi tema recorrente nas páginas da revista *Educação*, especialmente, nos anos de 1939 e 1940. Várias autoridades foram convidadas para realizarem palestras na associação que, posteriormente, eram publicadas em formato de artigos no periódico. Em geral, falavam sobre a temática figuras ligadas ao governo que estavam diretamente envolvidas na política de assimilação dos imigrantes empreendida pelo Estado Novo.

Além de dar voz a agentes do regime, a ABE se posicionou sobre esta questão através de uma publicação apresentada na edição de maio de 1939. Sob o título de *“O Exército e a nacionalização dos antigos núcleos coloniais”*, o comunicado, assinado pela associação, buscou apresentar ao leitor uma espécie de balanço da política de nacionalização.^{XXII} Nele, chamava-se atenção para o descaso das gestões anteriores para com os estrangeiros residentes no Sul do Brasil.

Vivendo isolados em colônias, os imigrantes foram, segundo o comunicado, abandonados pelo governo brasileiro que, até então, era comandado por *“velhos políticos que só viam eleitores”* e que nada fizeram para integrar estes grupos à nação. Isso só teria mudado com a chegada de Getúlio Vargas ao poder e o processo de unificação nacional promovido pela sua gestão. Na avaliação da ABE, o *“Estado Novo tem os olhos abertos e tudo leva a supor que algo de decisivo se fará pela salvaguarda da integridade territorial do Brasil, contra os perigos de desagregação que o ameaça.”* (ABE, 1939, p.04).^{XXIII}

Estes apontamentos revelam um discurso que opõe o passado (velho) e o presente e futuro (novo) indicando que o Brasil dos *“velhos políticos”* havia cedido espaço para um novo governo, baseado na unidade e busca pelo desenvolvimento econômico e civilizacional. Esse pensamento não revela apenas o apoio da ABE ao regime, mas ajuda a ilustrar a importância que a educação e a ciência assumiram naquele período, como propulsoras do progresso.

Conforme já foi apontado, os anos 1920 e 1930 foram marcados por um amplo debate educacional e sobre os rumos da nação a partir de um processo de nacionalização e centralização proposto por Vargas. Não por acaso, muitos educadores e intelectuais foram convocados a colaborar com o regime, ocupando importantes cargos e organizado reformas de cunho

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

nacional. (VELLOSO, 2010).^{xxiv} A atuação destes intelectuais no governo Vargas e a participação de muitos deles dos quadros da ABE ajudam a explicar, em grande medida, os posicionamentos apresentados na *Educação*.

Não é de estranhar que a ABE elogiasse as ações do Estado Novo, destacando o trabalho do regime para impedir uma invasão estrangeira ou mesmo um levante interno nas colônias. Nesta missão, o governo contava com os “*dois olhos que são o Ministério da Educação e da Guerra*”. Neste sentido, as ações do exército foram ressaltadas, destacando a importância de uma atuação conjunta com o MES para garantir a segurança nacional.

Enquanto o exército protegia a nação, MES nacionalizava os estrangeiros através da educação, alfabetizando os filhos dos imigrantes, tornando-os, efetivamente, brasileiros. Segundo a ABE, a presença dos soldados nas regiões de colonização, “*concorrerá para estabelecer laços de fraternidade com as populações que nunca viram o Brasil e o acolherão, representados pelos cidadãos que envergam a farda*” (ABE, 1939, p.04).^{xxv} Com isso, haveria o sentimento de união e, conseqüentemente, a sensação de pertencimento.

Para explicar a política de nacionalização, a associação convidou o major Aristóteles de Lima Camara, vice-presidente do Conselho de Imigração e Colonização, para uma palestra na ABE. Intitulada “*A nacionalização do ensino*”, ela foi publicada, em abril de 1940, com o objetivo de apresentar os resultados obtidos até então.^{xxvi} Camara abriu sua fala explicando o que era a nacionalização e como ela estava sendo realizada. Segundo ele, “*nacionalizar o ensino, obra que o Estado Novo já realizou, foi apenas substituir a escola estrangeira pela nacional correspondente, sem permitir o funcionamento das primeiras*”. Nas palavras do militar, o processo estava concluído, dependendo apenas do esforço dos brasileiros, especialmente “*daqueles que estão encarregados da tarefa grandiosa de ensinar e educar esses jovens patricios*” (CAMARA, 1940, p.03).^{xxvii}

Sendo assim, a criação de escolas e o empenho dos professores seria crucial para nacionalizar os estrangeiros que viviam no país. A fala do palestrante indica que o processo fora bem-sucedido e chama atenção para o papel que a escola e o professor teriam neste processo. Criar escolas em substituição as estrangeiras era o primeiro e grande passo para assimilar os imigrantes. Diferente do comunicado da ABE, Camara não mencionou as ações do exército neste processo, focalizando apenas o papel da educação e dos cidadãos na colaboração com o regime.

Os cidadãos brasileiros contribuiriam, segundo o major Câmara, promovendo os valores nacionais junto às colônias estrangeiras. Era preciso provar aos descendentes de alemães, italianos e japoneses que o Brasil não era, em nada, inferior aos seus países de origem, apontando, ainda, como foco de atuação, a educação infantil, no sentido de ensinar às crianças a cultura e os valores nacionais.

Segundo ele, a tarefa seria facilitada pelo fato de não existir no Brasil “*preconceitos raciais nem de origem*”. E, por isso, aqueles que desejassem contribuir para “*o engrandecimento do Brasil*”, poderiam continuar a viver no país, “*gozando de todas as considerações e carinhos*” (CAMARA, 1940, p.05).^{xxviii} O autor apresentava o processo de nacionalização como um movimento pacífico, despido de preconceitos e tendo em vista a construção da unidade nacional. Caberia aos imigrantes aceitar a oferta brasileira para que “*continuassem*” a ser respeitados no país. No entanto, esse processo foi muito mais complexo do que os artigos da revista *Educação* procuravam apresentar.

A assimilação dos imigrantes não foi tranquila e pacífica, mas marcada pela violência física e simbólica, por desconfianças mútuas, resistências e muitos conflitos entre brasileiros e colonos. Diferentemente do que aponta Câmara, o preconceito também permeou essas relações, especialmente no caso dos japoneses (SHIZUNO, 2010).^{xxix} Tais pontos não estão presentes

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

nos textos do periódico da ABE, que buscou passar uma imagem de unidade e tranquilidade nos esforços de nacionalização.

Mesmo afirmando não existir “*preconceitos de raça ou origem*” no Brasil, Camara afirmava que os japoneses eram um grupo de difícil assimilação se comparado com os alemães. Na sua avaliação, as diferenças culturais era o grande empecilho para a assimilação deste grupo. O alto padrão educacional ao qual estavam acostumados nas escolas nipônicas fazia com que as instituições brasileiras fossem rejeitadas, optando-se pelos estabelecimentos clandestinos.

Para ilustrar a situação, Câmara indicou o que encontrou nas suas passagens por colônias japonesas em São Paulo e no Paraná: “*mais de 50% das crianças são japoneses natos.*” Nas salas de aula, “*a ordem é perfeita e as classes estão sempre lotadas. Em toda parte, por onde passei inquiri sempre das necessidades e sempre recebia a mesma resposta: mais escolas e professores*” (CAMARA, 1940, p.06).^{xxx} Estas afirmações são um tanto contraditórias, pois, ao mesmo tempo em que indicavam que os japoneses não aceitavam as escolas brasileiras, apresentavam a demanda deste grupo “*por mais escolas e professores*”.

Segundo Camara, o governo não possuía recursos suficientes para construir escolas e suprir as que foram fechadas, o que levava ao surgimento de estabelecimentos clandestinos. Isso também é questionável, já que seu texto exalta os investimentos do governo federal, em parceria com os estados, para a construção de escolas nas zonas de colonização.

Câmara não discute, de maneira mais aprofundada, a situação dos japoneses. Entretanto, fica claro, no seu relato, que alemães e japoneses deveriam receber tratamentos diferentes. Os primeiros, seriam assimilados mais facilmente e, portanto, bastava eliminar a influência nazista e fechar as escolas clandestinas, construindo em seu lugar estabelecimentos eminentemente brasileiros. Aos poucos, os alemães aceitariam a cultura brasileira.

Em relação aos japoneses, o processo seria mais complexo, exigindo recursos e esforços que o Estado não tinha condições de oferecer. O que restava, neste caso, era o controle da entrada de nipônicos no país e a dispersão dos residentes, equilibrando o número de brasileiros e japoneses nas cidades onde estes últimos se faziam maioria antes da guerra.

Embora não seja do escopo deste trabalho, é importante salientar o caráter racial apresentado na fala do major Camara quando compara a situação dos japoneses e alemães. A crença na incapacidade de assimilação dos japoneses era partilhada por muitos intelectuais e políticos brasileiros que já discutiam essa questão muito antes da guerra. Na Constituinte de 1934, por exemplo, foram levantados debates em torno da limitação da entrada dos chamados “*amarelos*”, como eram referenciados os japoneses por muitos deputados e órgãos de imprensa. Tal medida acabou sendo estabelecida pelo Art. 121 da Constituição, que instituiu cotas reduzidas para a admissão de japoneses no país. (MORAES, 2011).^{xxxI}

Essas ações baseavam-se na crença da inadequação racial dos japoneses ao Brasil. A imprensa e os discursos científicos contribuíram para disseminar essa visão, classificando os europeus como imigrantes ideais para o país. Italianos, alemães, portugueses e espanhóis seriam bem aceitos, enquanto os nipônicos seriam elencados como completamente estranhos à nossa cultura. (SEYFERTH, 1999, p. 174).^{xxxII}

Educação e Guerra na revista da ABE (1941-1943)

Se a política de nacionalização dos imigrantes ocupou grande parte das páginas na revista *Educação* em seus dois primeiros anos de existência, a partir de 1941, foi a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que figurou como tema central nos debates travados na ABE. Esta

CUNHA, A. M.

mudança estava relacionada ao avanço do conflito na Europa e a consequente pressão sobre o regime estadonovista para tomar uma posição e escolher um dos lados em disputa.

O espectro do conflito rondava o continente e os Estados Unidos convocavam o Brasil a se juntar aos Aliados na luta contra o Eixo. Não por acaso, as edições da *Educação* passaram a girar em torno de temas como a relação entre educação e segurança nacional, o papel do professor na segurança nacional, educação cívica, dentre outros. A edição de abril de 1941, abria com o artigo “*O Brasil e a Segurança Nacional*”, transcrição de palestra proferida pelo general Pedro Cavalcanti na ABE em janeiro do mesmo ano.^{XXXIII}

Ao tratar do tema, Cavalcanti destacava o papel da escola e, principalmente, do professor na produção de cidadãos comprometidos com a defesa do seu país. Já no início, o autor chama atenção para o fato de que “*a segurança nacional não resulta somente da existência da estrutura das forças armadas de um povo*”. Pelo contrário, seu valor “*está invariavelmente na medida da capacidade de compreensão e de atuação de sua gente*”. (CAVALCANTI, 1941, p.03).^{XXXIV} Ou seja: a segurança do país dependia do nível de consciência que sua população tinha sobre a importância de seu papel enquanto cidadão.

No entanto, no caso do Brasil, um sério empecilho se apresentava, muito mais complexo do que a própria modernização das forças armadas. Cavalcanti se referia ao analfabetismo e a dificuldade em preparar para a guerra um povo sem instrução. Na sua avaliação, “*sem educador o povo não se pode exigir de ninguém a promessa ou a prova do sacrifício. Aí está a questão capital na obra da segurança de uma nação.*” Este problema se tornava gritante quando se apresentava a situação do exército brasileiro. Segundo o autor, “*dos cidadãos ultimamente chamados ao serviço militar 60% eram analfabetos e 50% foram rejeitados como fisicamente incapazes.*” (CAVALCANTI, 1941, p.04).^{XXXV}

Este aspecto é altamente relevante pois remete a situação precária em que vivia grande parte da população brasileira, sem acesso à educação e saúde. Ao chamar atenção para esta questão, o militar colocava em evidência a importância de instruir e capacitar o povo para defender e, se necessário, morrer pelo seu país. Neste sentido, a educação teria papel fundamental, não só na alfabetização e instrução dos brasileiros como também na nacionalização dos imigrantes, uma parcela da população que não era alfabetizada em português e, por isso, não conhecia os valores nacionais.

O despreparo e as condições miseráveis em que viviam a população brasileira apontados por Cavalcanti foram problematizadas por Francisco Ferraz ao estudar a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. Segundo este autor, ao se submeterem os convocados para compor a FEB a testes físicos e psicológicos “*desnudaram um quadro alarmante da situação sanitária da população brasileira. Desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, pulmonares e dermatológicas caracterizavam expressiva parcela da população brasileira*”. (2005, p.46).^{XXXVI} Mesmo com os padrões pouco rígidos, o número de selecionados ficou muito abaixo do esperado, revelando, assim, a situação educacional e sanitária do país.

Além de destacar o esforço do exército em receber e ensinar os convocados “*a ler e escrever e a conhecer um pouco as cousas do Brasil*”, o militar chamou atenção para o papel dos professores no esforço de unidade e segurança nacional, conclamando-os para que “*patrioticamente pratiquéis a vossa vocação, não só instruindo, sinão principalmente educando o homem de amanhã.*” Destacando, ainda, que “*a vossa tarefa precípua está em despertar na alma infantil o sentimento de amor e o desejo de ser útil à Pátria e a sua defesa pelo trabalho e pela retidão dos homens na conduta*”. Finalizava, indicando que “*a segurança nacional resulta de um complexo de valores e a educação da mocidade é a sua condição primeira de êxito.*” (CAVALCANTI, 1941, p.04).^{XXXVII}

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

Com os torpedeamentos de navios brasileiros na costa do Nordeste, em 1942, as edições de 1942 e 1943, publicadas em um único número por ano, marcam uma completa ligação entre o conflito e os temas debatidos dentro da associação. Ao que parece, as palestras, cursos e atividades se voltaram exclusivamente ao esforço de guerra, a conscientização dos educadores brasileiros sobre seu papel na luta contra o Eixo e a importância da educação num momento como aquele.

Na edição de 1942, a associação emitiu um comunicado sobre a situação, colocando-se ao lado do governo e elogiando Vargas “*pela enérgica e patriótica resolução, reconhecendo o Estado de Guerra entre o Brasil, Alemanha e Itália, em virtude dos inomináveis atentados praticados contra a honra e soberania do nosso país*” (ABE, 1942, p.01).^{XXXVIII} Além do apoio ao regime, a ABE passou a mobilizar seus quadros para a realização de palestras, debates e cursos com o intuito de mobilizar apoio para a luta que o Brasil travaria contra o Eixo.

Para colaborar com o esforço de guerra, a associação organizou, entre maio e agosto de 1942, o Curso de voluntárias da Cruz Vermelha com o objetivo de formar jovens para atuarem no socorro aos doentes e feridos. Também criou uma comissão especial para estudo de um programa destinado a promover a educação cívica nas escolas a fim de organizar e mobilizar a juventude brasileira. Em comunicado, a ABE apontava a importância de inserir esta disciplina em todos os níveis de ensino, abrangendo:

O conhecimento dos fatos históricos do Brasil, culturais, econômicos, políticos, guerreiros;
A fé no engrandecimento cultural e material do Brasil.
A noção de que o amor à pátria não implica ódio as nações estrangeiras, mas colaboração internacional e política de boa vizinhança, especialmente quanto às nações do continente americano.
A convicção de que o respeito à soberania nacional é condição essencial para a colaboração com outros povos e que a agressão à nossa soberania obriga-nos moral e material a guerra, para a qual o Brasil deve estar permanentemente preparado (ABE, 1942, p.24).^{XXXIX}

Nos pontos elencados, chamo atenção para dois pontos considerados cruciais naquele momento: a valorização do amor à pátria e a consciência dos motivos pelos quais o Brasil estava em guerra e quem eram seus aliados e inimigos. Ao estimular a “*colaboração internacional e política de boa vizinhança*” no continente americano, a ABE reconhecia os Estados Unidos como principal aliado e a defesa e unidade da região como um dos principais motivos para a entrada do país no conflito.

Ao mesmo tempo, era preciso explicitar que “*nossos inimigos são a Alemanha e Itália e todos os povos e indivíduos que as auxiliem*”, ressaltando que não foi o Brasil o responsável por esta situação, visto que “*eles são nossos inimigos porque nos agridem, desrespeitam a soberania de outros povos e porque a ideologia nazista e fascista é contrária aos interesses gerais da humanidade*” (ABE, 1943, p.24).^{XL} Ou seja, a educação cívica teria, naquele momento, a função de orientar e esclarecer os alunos sobre os inimigos que o Brasil enfrentava.

A partir destes textos é possível notar a relação entre a educação e a guerra nas páginas da revista da ABE. Isso se tornou central em 1943, quando toda a edição foi dedicada exclusivamente a esta temática. Por exemplo, no texto “*A opinião pública no momento atual*” assinado por Odilon Braga, apresentava-se aos leitores a situação do Brasil com o ataque alemão e a necessidade união do povo e dos educadores na luta contra o nazismo.^{XLI}

Segundo o autor, o país foi agredido “*porque o militarismo nazi-fascista não nos podia reconhecer o direito à liberdade de pensar e de sentir, o da vida revestida de dignidade*”

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

(BRAGA, 1943, p.17).^{XLII} Teria sido, na sua avaliação, a recusa do Brasil em romper com os EUA o motivo do ataque. Este apontamento é bastante interessante se levarmos em consideração o fato de que o Brasil vivia sob uma ditadura desde 1937, marcada pelo cerceamento da liberdade de expressão.

Caberia, então, aos educadores “*levar a opinião pública a cercar o governo das couraças da disciplina voluntária e da obediência esclarecida*” (BRAGA, 1943, p.17).^{XLIII} Revela-se a importância atribuída a educação no sentido de preparar os jovens para enfrentar os desafios de um país em guerra, recrutar voluntários e convencer a população da necessidade de defender o Brasil contra os inimigos. O professor deveria ser uma espécie de guia, levando os conhecimentos e informações necessárias a todos os educandos.

Este mesmo argumento foi reforçado por Celso Kelly, no artigo intitulado “*O professor e a defesa passiva*”, discutia-se o papel do docente na segurança nacional do país, destacando que “*o professor é educador, e educador é o homem que contribui permanentemente para o bem-estar de seu povo e felicidade de seus semelhantes*” (KELLY, 1943, p.18).^{XLIV} Caberia aos docentes, em sala de aula, aconselhar os alunos e incutir neles hábitos necessários como o amor à pátria, o cumprimento dos deveres cívicos.

Já no artigo “*O professor e as desordens emocionais dos escolares em tempo de guerra*” de Ruy Almeida, chamava atenção para o fato de que “*a escola não escapa as influências da guerra que lhe impõe novos problemas*”.^{XLV} Sua importância resultava justamente do lugar que ela ocupava na organização social do país. O texto apresentava inúmeras instruções para a organização do trabalho escolar em tempos de guerra. No que se referia ao professor, chamava atenção para a necessidade de investigar “*as qualidades pessoais e as condições de formação e experiência profissional do professor*” (ALMEIDA, 1943, p.22).^{XLVI}

Conclusão

Este artigo procurou, a partir de alguns textos selecionados, analisar como a nacionalização dos estrangeiros e a Segunda Guerra Mundial foram apresentadas nas páginas da revista *Educação*, periódico da ABE. De maneira geral, foi possível constatar uma forte relação entre a associação e o regime Vargas, revelado não só pela presença de educadores e intelectuais ligados ao governo, como também pelos posicionamentos da própria ABE em seus comunicados.

Os comunicados, declarações pontuadas pela associação enquanto entidade, ajudaram a apontar como a nacionalização dos estrangeiros se apresentava para a ABE. O fato do major Camara, um funcionário do governo envolvido no processo, ter sido convidado a apresentar os resultados da política estatal ajuda a ilustrar essa relação. Mais que isso, no que tange a assimilação dos imigrantes, ficou clara um apoio as ações do regime e nenhum posicionamento foi encontrado quanto as violências que marcaram este processo.

Percebe-se, nas edições analisadas, não só o apoio ao regime, como também uma seleção de temas pertinentes aos interesses nacionais. Da mesma maneira que Vargas, a ABE se colocou, em 1939, como neutra em relação ao conflito que se iniciava na Europa e o tema da guerra não se fez presente na revista até 1941 quando, de fato, o Brasil já se aproximava de uma aliança com os Estados Unidos.

A partir de 1942, nota-se o foco total no conflito, apoiando a entrada do Brasil na guerra e direcionando os temas, debates e cursos dentro da associação, relacionando educação e guerra. O curso de treinamento pra enfermeiras da Cruz Vermelha revela a preocupação em oferecer o

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

máximo de apoio ao país, mobilizando recursos para formar profissionais treinadas para atuar no teatro europeu.

Nos anos 1942 e 1942, as discussões educacionais foram voltadas para a educação cívica, o papel dos professores e da escola na defesa do país, revelando a importância da educação para a unidade nacional, mas também para a mobilização da juventude e do povo para enfrentar os inimigos da nação. Neste sentido, a educação era de cunho nacionalista.

Foi possível notar o entrelaçamento destes dois eventos (guerra e nacionalização dos imigrantes) e a relação entre eles e a educação. Isso revela mais do que um apoio da ABE ao regime, mas resulta dos movimentos em prol da educação que tomaram o Brasil desde o início do século XX. A educação como mola propulsora do desenvolvimento e construção de uma nação civilizada, próspera e desenvolvida, resultado do entrelaçamento entre Estado, Educação, Povo e Nação.

Notas:

^I Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/COC/Fiocruz). Bolsista CAPES. Mestre em Educação e Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Integrante do Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/UFS/CNPq). E-mail: adriana@getempo.org.

^{II} MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

^{III} Durante os quinze anos de governo Vargas, ocuparam a pasta: Francisco Campos (1930-32), Washington Pires (1932-34) e Gustavo Capanema (1934-1945).

^{IV} BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p.31-32.

^V BOMENY, 2003, p.45. Op. Cit.

^{VI} HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

^{VII} BOMENY, Helena M. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-167.

^{VIII} SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, 199-229.

^{IX} KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000, p.348.

^X SEYFERTH, 1999, p.199. Op. Cit.

^{XI} SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda M. Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

^{XII} Decreto- Lei nº 406, de 04 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. **Diário Oficial da União**, 06/05/1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>.

^{XIII} Ibidem.

^{XIV} Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro de 1939, cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. **Diário Oficial da União**. 18/11/1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19513-25-agosto-1945-479511-publicacaooriginal-1-pe.html>.

^{XV} VARGAS, Getúlio. A educação nacional e a conferência dos interventores. Discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas por ocasião da conferência dos interventores. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 06, jan./1940, p. 04.

^{XVI} Ofício encaminhado por Gois Monteiro a Eurico Gaspar Dutra com cópia endereçada a Gustavo Capanema, em 24 de janeiro de 1938. **Arquivo Gustavo Capanema**, CPDOC. Localização: 11934.11.30.

^{XVII} Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. **Diário Oficial da União**. 30/12/1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-norma-pe.html>.

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

- xviii Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. **Diário Oficial da União**. 25/08/1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-norma-pe.html>.
- xix Ibidem.
- xx Decreto-Lei nº 2.072, de 08 de março de 1940, dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. **Diário Oficial da União**, 11/03/1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- xxi SEYFERTH, 1999, p.221. Op. Cit.
- xxii O exército e a nacionalização dos antigos núcleos coloniais. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 02, maio de 1939, p. 04.
- xxiii Ibidem.
- xxiv VELOSSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). **Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 02, p.145-180.
- xxv ABE, 1939, p.04. Op. Cit.
- xxvi CÂMARA, Aristóteles. A nacionalização do ensino. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 06, abr./1940, p.03-08.
- xxvii CAMARA, 1940, p.03.
- xxviii CAMARA, 1940, p.05.
- xxix SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil**. Londrina: EDUEL, 2010.
- xxx CAMARA, 1940, p.06.
- xxxi MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- xxxii SEYFERTH, 1999, p.174. Op. Cit.
- xxxiii CAVALCANTI, Pedro. O Brasil e a Segurança Nacional. **Revista Educação**, n.10, abril de 1941, p.03-05.
- xxxiv CAVALCANTI, 1941, p.03.
- xxxv CAVALCANTI, 1941, p.04.
- xxxvi FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005, p.46.
- xxxvii CAVALCANTI, 1941, p.04.
- xxxviii O Brasil e a guerra. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 15 e 16, jan./dez. 1942, p. 02.
- xxxix A educação cívica no esforço de guerra. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 15 e 16, jan./dez. 1942, p.24-26.
- xl ABE, 1942, p.24.
- xli BRAGA, Odilon. A opinião pública no momento atual. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.16-17.
- xlII BRAGA, 1943, p.17.
- xlIII Ibidem.
- xlIV KELLY, Celso. O professor e a defesa passiva. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.18-19.
- xlV ALMEIDA, Ruy Guimarães. O professor e as desordens emocionais dos escolares em tempo de guerra. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.20-23.
- xlVI ALMEIDA, 1943, p.22.

Fontes

ALMEIDA, Ruy Guimarães. O professor e as desordens emocionais dos escolares em tempo de guerra. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.20-23.

BRAGA, Odilon. A opinião pública no momento atual. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.16-17.

CÂMARA, Aristóteles. A nacionalização do ensino. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 06, abr./1940, p.03-08.

Boletim do Tempo Presente vol. 10, n. 03. Mar. 2021. p. 39-53 | <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente>

CAVALCANTI, Pedro. O Brasil e a Segurança Nacional. **Revista Educação**, n.10, abril de 1941, p.03-05.

KELLY, Celso. O professor e a defesa passiva. **Educação**, Rio de Janeiro, jan./dez. 1943, p.18-19.

MONTEIRO, Góis. Ofício encaminhado por Gois Monteiro a Eurico Gaspar Dutra com cópia endereçada a Gustavo Capanema, em 24 de janeiro de 1938. **Arquivo Gustavo Capanema**, CPDOC. Localização: 11934.11.30.

VARGAS, Getúlio. A educação nacional e a conferência dos interventores. Discurso proferido pelo presidente Getúlio Vargas por ocasião da conferência dos interventores. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 06, jan./1940, p. 04.

O exército e a nacionalização dos antigos núcleos coloniais. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 02, maio de 1939, p. 04.

O Brasil e a guerra. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 15 e 16, jan./dez. 1942, p. 02.

A educação cívica no esforço de guerra. Comunicado ABE. **Educação**, Rio de Janeiro, nº 15 e 16, jan./dez. 1942, p.24-26.

Referências

BOMENY, Helena M. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BOMENY, Helena. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos: a história da Shindo Renmei**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena; COSTA, Vanda M. Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

ESTADO NOVO, EDUCAÇÃO E GUERRA NAS PÁGINAS DA REVISTA *EDUCAÇÃO* (1939-1943)

CUNHA, A. M.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes do oriente ou perigo amarelo no Brasil**. Londrina: EDUEL, 2010.

VELOSSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (Orgs.). **Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v. 02, p.145-180.